

QUEM COMEU A CARNE, QUE ROA OS OSSOS: POTENCIAL DO ESTUDO DA DISSONÂNCIA COGNITIVA NO BRASIL

Michel Angelo Pinto de Oliveira¹
Rosana Suemi Tokumaru²

RESUMO: Este artigo parte de uma contradição observável no cotidiano: as pessoas declaram valorizar e se importar com os animais, ao mesmo tempo em que mantêm o consumo de carne. Para explicar esse possível conflito entre valores, crenças e comportamento, se recorre a teoria da dissonância cognitiva. Especificamente, tratamos da dissonância cognitiva relacionada à carne, que busca compreender como as pessoas navegam os possíveis cenários de desconforto frente às informações sobre os aspectos negativos do consumo de carne. O presente artigo, um ensaio crítico e reflexivo, mapeia a literatura pertinente ao tema e evidencia os dados e estatísticas dos impactos negativos do consumo de carne. Como argumento, são expostos dados que apontam o Brasil como um dos maiores produtores e consumidores de carne, demonstrando o potencial e possíveis benefícios de se estudar o fenômeno no cenário brasileiro.

1

Palavras-chave: Dissonância cognitiva. Carne. Consumo. Sustentabilidade.

1 INTRODUÇÃO

Existe um ditado popular na cultura brasileira que afirma “quem comeu a carne, que roa os ossos”, significando, em termos gerais, que a pessoa que aproveitou da parte positiva também deve lidar com a parte negativa. Especificamente quanto ao consumo de carne, será que as pessoas estão preparadas para lidar com os seus aspectos negativos? Vários problemas estão relacionados ao consumo de animais na vida moderna, sendo esse um dos hábitos que nos permite estudar o conflito entre valores, crenças e comportamentos.

¹ Mestrando em Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES.

² Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), professora do curso de Psicologia na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Vitória, ES.

Observa-se no cenário mundial um crescimento da produção de animais e do consumo de carne, e no Brasil esse cenário não é diferente. É estimado que a produção de animais para abate no ano de 2024 teve um aumento relativo ao ano anterior, chegando a 365 milhões de toneladas de forma global (OECD-FAO, 2025). No Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a criação de gado em 2024 teve um aumento de 15,2% em comparação ao ano anterior, chegando a 39,27 milhões de animais abatidos (IBGE, 2025). Quanto ao ano de 2025, um relatório publicado pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC) avaliou os dados referentes à produção e consumo da carne bovina no país: o Brasil abateu 47,8 milhões de bovinos, alcançou a produção de 12,35 milhões de toneladas equivalente carcaça e registrou um consumo médio de 37,04 kg por pessoa. Esses dados apontam o país como um dos maiores consumidores de carne e marcam um recorde histórico, colocando o país como o maior produtor de carne bovina no mundo (ABIEC, 2026).

A crescente produção de animais tem um custo extenso e parece ser uma das atividades que mais contribui para danos no meio ambiente. Observando as fontes hídricas renováveis, isto é, a água disponível para uso da população e atividades produtivas, dados da Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) apontam que 70% desses recursos hídricos disponíveis, de forma global, são utilizados pela agricultura (FAO, 2024). No entanto, o fator que mais contribui para esse percentual elevado de uso dos recursos hídricos é a produção de animais, visto que a maior parte do uso da água na agricultura é destinada à produção de alimentos para animais (Heinke *et al.*, 2020). No Brasil, durante o período de 2024, os dados do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG) apontaram que a pecuária foi responsável por cerca de 51% de todas as emissões do país, sendo a atividade econômica mais emissora e que mais contribui para o efeito estufa (Observatório do Clima, 2025). A produção de animais da forma que ocorre atualmente representa um grave problema considerando que contribui consideravelmente para o aquecimento global e as mudanças climáticas, sendo cada vez mais recomendado a diminuição de produção de alimentos de origem animal (Clark *et al.*, 2020; Xu *et al.*, 2021).

Paralelo a esse cenário de desgaste ambiental, alta produtividade e consumo de carne no Brasil, algumas pesquisas indicam que uma parcela da população do país valoriza os aspectos de sustentabilidade e da causa animal. A Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB) publicou um levantamento feito em 2024 e observou-se que 7% dos entrevistados concordaram totalmente

ou em parte com a afirmação de serem veganos. Além disso, 22% da amostra afirmou já ter tentado parar de comer carne e 42% concordaram em algum grau com a possibilidade de parar de consumir carne em prol do meio ambiente ou da causa animal (SVB, 2025). Um estudo com brasileiros sobre as percepções das condições de bem-estar animal na pecuária indicou, de modo geral, que a avaliação feita pelos participantes acerca das condições de criação de vacas é negativa e aproximadamente um terço da amostra concordou que as condições de bem-estar na produção de leite são ruins ou muito ruins (Queiroz *et al.*, 2018). Aliado a esse dado, um outro estudo com brasileiros sobre percepção da criação de vacas apontou uma situação curiosa: enquanto 85,6% dos participantes relataram se preocupar com a forma que as vacas são criadas em fazendas, apenas 48,7% concordaram que as vacas sofrem nas fazendas produtoras (Comin *et al.*, 2022).

Esses dados indicam, de forma conjunta, uma contradição estrutural: a mesma população que relata, de maneira crescente, se preocupar com o bem-estar animal, é a mesma população que sustenta um consumo crescente em um país que registrou recorde histórico de abate de animais. Esse cenário de contradição é particularmente relevante para a psicologia, pois permite investigar como as pessoas podem agir de maneiras que contrariam suas próprias crenças e atitudes. Essa situação é frequentemente observada não somente no Brasil: as pessoas afirmam que amam os animais ou que se importam com o bem-estar deles, ao passo que fazem o consumo de carne. Essa contradição entre amar e comer os animais, constitui o cerne do chamado paradoxo da carne (Loughnan *et al.*, 2012).

Essa contradição apontada sinaliza um outro aspecto do consumo de carne que também pode ser considerado negativo: os animais produzidos para abate possuem capacidades mentais, são capazes de experienciar dor e apresentam algum nível de consciência, ou seja, eles são seres sencientes (Jones, 2013; D'Silva *et al.*, 2024). No debate acerca da ética e moral do uso de animais, Peter Singer (1975) argumenta que qualquer ser senciente, capaz de sentir dor, tem o interesse em evitar o sofrimento; sendo que negar tal interesse com base na espécie se configura como uma forma de preconceito: o especismo. Outros autores apontam que a questão do uso de animais deve ser pensada para além do sofrimento, e que devemos perceber que os animais “também devem ser vistos como sujeitos experienciadores de uma vida, com valor inerente próprio” (Regan, 1986).

Dessa maneira, é preciso levar em consideração os aspectos éticos e morais relacionados

ao consumo de carne, bem com os impactos ambientais que a produção de animais acarreta. Incentivar escolhas sustentáveis e dietas a base de vegetais parece ser um caminho ético e moral não somente pela causa animal, mas também para conter o aquecimento global e preservar a biodiversidade do planeta (Machovina *et al.*, 2015). No entanto, mesmo com os aspectos negativos apresentados, observa-se que as pessoas, de modo geral, continuam mantendo o consumo de carne e justificam que ele é normal, saudável, natural ou saboroso (Piazza *et al.*, 2015). Esse cenário de contradição é explicado pela teoria da dissonância cognitiva, especificamente a dissonância cognitiva relacionada à carne, que propõe compreender como as pessoas manejam o possível desconforto frente aos aspectos negativos decorrentes do consumo de carne (Rothgerber, 2020).

Sendo assim, o objetivo deste artigo, um ensaio crítico-reflexivo, é discutir as contradições observadas no consumo de carne à luz da teoria da dissonância cognitiva. Para isso, pretende-se apresentar a teoria, alguns achados experimentais e possíveis intervenções para incentivar escolhas sustentáveis e redução do consumo de carne. Com base nos dados apresentados até então, entende-se que existe potencial em estudar esses fenômenos contextualizados para o Brasil, visto que é um dos países com maior produção e consumo de animais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente artigo constitui um ensaio teórico crítico-reflexivo, fundamentado em revisão narrativa da literatura. Diferentemente de revisões sistemáticas, que seguem protocolos rígidos de busca e seleção, a revisão narrativa caracteriza-se pela síntese e articulação crítica de fontes selecionadas com o objetivo de sustentar uma argumentação teórica, sendo adequada aos propósitos argumentativos e reflexivos deste trabalho. Ainda assim, buscou-se conferir transparência ao percurso de mapeamento, seleção e análise das fontes utilizadas.

O levantamento bibliográfico foi realizado em bases de dados de referência, como Web of Science, PubMed, ScienceDirect, e SciELO, complementado por buscas no Google Acadêmico. Foram utilizados, de forma isolada e combinada, os descritores em português e inglês “dissonância cognitiva”, “cognitive dissonance”, “paradoxo da carne”, “meat paradox”, “meat-related cognitive dissonance”, “consumo de carne” e “bem-estar animal”. Para encontrar bibliografia nacional, esses termos também foram utilizados associados a “Brasil” ou “Brazil”.

Além das bases acadêmicas, foram consultados, de modo contextual, dados e relatórios técnicos de instituições de referência no tema, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG/Observatório do Clima), Food and Agriculture Organization (FAO), OECD-FAO Agricultural Outlook e Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), de modo a fundamentar a discussão sobre produção, consumo e impactos ambientais da pecuária no Brasil e no mundo.

A seleção das referências priorizou três eixos. O primeiro reúne textos teóricos fundacionais sobre a dissonância cognitiva e seus desdobramentos, sem delimitação temporal inferior, dado seu caráter clássico (Festinger, 1957; Becker, 1960; Beauvois e Joule, 1996; Harmon-Jones e Harmon-Jones, 2002). O segundo compreende estudos empíricos e experimentais sobre dissonância cognitiva relacionada à carne e sobre o paradoxo da carne, concentrados no período de 2012 a 2026, tendo em vista tratar-se de uma linha de pesquisa relativamente recente, inaugurada a partir da conceituação do paradoxo da carne (Loughnan *et al.*, 2012). O terceiro reúne dados estatísticos e relatórios técnicos sobre produção, consumo e impactos ambientais da pecuária, priorizando as edições mais recentes disponíveis, publicadas entre 2024 e 2026, de modo a garantir a atualidade das informações apresentadas. Foram excluídas fontes sem revisão por pares ou sem procedência institucional identificável, exceto quando se tratava de dados oficiais primários. Também foram examinadas as listas de referências dos trabalhos inicialmente selecionados, com a finalidade de localizar estudos teóricos e empíricos relevantes para a construção da discussão.

A análise do material selecionado consistiu na leitura integral das fontes e na organização temática dos conteúdos em três eixos articulados: (a) a fundamentação teórica da dissonância cognitiva e do modelo baseado na ação; (b) as evidências experimentais específicas sobre dissonância cognitiva relacionada à carne; e (c) o panorama brasileiro de produção, consumo e impactos socioambientais da pecuária, articulado às pesquisas sobre percepção da população acerca do bem-estar animal. Essa organização permitiu construir o argumento central do ensaio, relacionando os dados empíricos e estatísticos apresentados às discussões teóricas sobre dissonância cognitiva, bem como identificar a lacuna de pesquisas nacionais sobre o tema, explicitada na seção referente ao contexto brasileiro.

3 DISSONÂNCIA COGNITIVA

O paradoxo da carne representa um conflito: observa-se que uma parte considerável de pessoas relata simultaneamente ter afeto por animais e o hábito de consumir carne, um comportamento que, em última instância, depende da morte desses mesmos animais. Foi a partir da observação de cenários de conflito, tal como o paradoxo da carne, que foi estabelecida a teoria da dissonância cognitiva (Festinger, 1957). Essa teoria parte de uma premissa simples: quando uma pessoa sustenta simultaneamente duas cognições que são inconsistentes entre si, ela experimenta um estado de desconforto (chamado de dissonância) que a motiva a agir para reduzi-lo. Festinger (1957, p. 3) utilizou o termo cognições para se referir a “qualquer conhecimento, opinião ou crença sobre o ambiente, sobre si mesmo ou sobre o próprio comportamento”.

Como foi estabelecido pela teoria, o estado de desconforto provocado pela dissonância faz com que as pessoas apliquem estratégias para reduzi-la. Enquanto o conflito representa uma inconsistência (ou dissonância) entre cognições, sua resolução representa a consistência (ou consonância). Assim, propõe-se que a dissonância seja reduzida por dois caminhos principais: um que envolve a mudança no comportamento e outro que opera no nível cognitivo. As pessoas podem alterar suas ações para torná-las consistentes com suas cognições, ou podem modificar o conhecimento relevante para elas para encerrar o conflito. Por exemplo, um indivíduo que se importa com os animais descobre que as condições de criação de vacas não são favoráveis ao bem-estar animal. Esse cenário pode levar à mudança comportamental, como parar ou reduzir o consumo de carne, mas também pode conduzir a uma estratégia cognitiva, como a negação: “os animais não sofrem de verdade”.

Poucos anos depois da publicação da teoria da dissonância cognitiva, foi publicado um artigo clássico que tratava do conceito de comprometimento (Becker, 1960). Propôs-se que o comprometimento corresponde aos investimentos, como tempo, esforço e envolvimento pessoal, que as pessoas dedicam a uma determinada linha de ação para mantê-la coerente. Uma vez estabelecida essa coerência, torna-se custoso modificar o comportamento ou as cognições associadas a ela. Isso explicaria em parte porque algumas pessoas possuem resistência em mudar determinados comportamentos ou crenças. Essas ideias se refletiram nas pesquisas sobre dissonância cognitiva e resultaram em novas perspectivas sobre a teoria. Beauvois e Joule (1996)

evidenciaram que o comprometimento é um aspecto importante para a dissonância cognitiva e partindo dessa ideia, foi proposto o modelo de dissonância cognitiva baseado na ação (Harmon-Jones e Harmon-Jones, 2002).

O modelo baseado na ação faz um complemento à teoria inicial da dissonância cognitiva e postula que “a dissonância entre cognições evoca um estado negativo porque possui o potencial de interferir com a ação efetiva e sem conflito” (Harmon-Jones *et al.*, 2009). Com base nesse modelo, nem todo conflito geraria desconforto psicológico; esse desconforto ocorreria sobretudo quando o conflito ameaçasse o comprometimento do indivíduo com uma determinada linha de ação, isto é, quando afetasse comportamentos considerados eficientes para seus objetivos. No paradoxo da carne, a cognição “eu me importo com os animais” e o comportamento “eu como carne regularmente” não geram desconforto simplesmente por serem logicamente incompatíveis, mas porque orientam ações concretas e conflitantes: cuidar e proteger, consumir e matar. Nesse sentido, o consumo de carne se relaciona à dissonância cognitiva porque o ato de comer carne, sendo um comportamento habitual, acessível e funcional no cotidiano, pode entrar em choque com informações sobre os impactos negativos associados ao consumo de carne. Esse choque ameaça a consistência entre comportamento e cognição, produzindo dissonância.

3.1 Dissonância cognitiva relacionada à carne

Rothgerber (2020) recorre à teoria da dissonância cognitiva para explicar os conflitos que surgem quando determinadas cognições entram em contradição com o hábito de consumir carne. Para descrever esse fenômeno, o autor propõe o conceito de dissonância cognitiva relacionada à carne. Enquanto o paradoxo da carne se refere especificamente ao conflito entre amar os animais e, ao mesmo tempo, consumi-los (Loughnan *et al.*, 2012), a dissonância cognitiva relacionada à carne corresponde ao estado de desconforto decorrente da percepção de que o consumo de carne contradiz uma crença, atitude ou valor do indivíduo. Trata-se, portanto, de um fenômeno mais abrangente, pois essas cognições podem estar relacionadas ao bem-estar animal, mas também a questões ambientais ou de saúde.

Apesar da pequena diferença conceitual entre paradoxo da carne e dissonância cognitiva relacionada à carne, Rothgerber (2020) também observa as cognições relacionadas ao bem estar animal e aponta que por conta dessas cognições as pessoas podem aplicar também, além das

estratégias utilizadas para encerrar a dissonância, estratégias para prevenir que a dissonância relacionada à carne ocorra. De forma ampla essas estratégias preventivas se dividem em dois tipos: evitação e ignorância intencional. Evitação refere-se às estratégias pelas quais as pessoas se esquivam de informações ou situações que possam gerar dissonância, enquanto ignorância intencional descreve a escolha deliberada de não acessar ou considerar fatos relacionados ao consumo de carne e ao sofrimento dos animais.

Para investigar a ignorância intencional, Piazza e Loughnan (2016) realizaram uma série de estudos. O primeiro, conduzido com participantes dos Estados Unidos, examinou como as informações sobre a inteligência de um animal influenciavam os julgamentos a respeito de sua caça e de seu status moral quando ele não representava, inicialmente, um dilema moral para os participantes. Os participantes receberam a descrição de um animal fictício chamado “trablan”, apresentado como altamente ou pouco inteligente. Em seguida, responderam se esse animal deveria ser caçado e avaliaram seu status moral por meio de itens em escala Likert relacionados à possibilidade de consumi-lo, como “É moralmente errado comer este animal?”. Quanto maior a concordância com essas afirmações, maior o status moral atribuído ao animal. Os participantes que receberam a descrição do trablan como altamente inteligente afirmaram com maior frequência que ele não deveria ser caçado e atribuíram-lhe maior status moral do que aqueles que o conheceram como um animal pouco inteligente. Os resultados indicaram, portanto, que, na ausência de um conflito moral prévio, as pessoas utilizaram as informações disponíveis sobre a inteligência do animal para avaliar se ele merecia proteção e consideração moral.

No segundo estudo, conduzido com participantes do Reino Unido, os autores manipularam a percepção de relevância moral apresentando diferentes tipos de animais: um animal comum na cadeia de consumo (porco), um animal não consumido (anta) e um animal fictício (“trablan”). Foi realizada a mesma manipulação em relação à inteligência dos animais apresentada no estudo anterior. Os resultados encontrados apontaram que os animais que não são utilizados para consumo (antas e “trablans”) quando apresentados como altamente inteligentes receberam maior status moral, comparado a apresentação do animal como pouco inteligente. Já no caso dos porcos, animal utilizado para consumo, a manipulação da inteligência atribuída não teve efeito na atribuição do status moral.

No terceiro estudo, também com participantes do Reino Unido, se manteve a

manipulação de inteligência dos animais, mas com acréscimo da manipulação da perspectiva do participante: um grupo respondeu às perguntas pensando no ponto de vista de um terceiro, enquanto outro grupo respondeu às perguntas pensando em si próprio. O grupo que foi exposto as informações de porcos como inteligentes e questionado sobre a visão de um terceiro (por exemplo, “O quão culpado/mal John se sentiria em comer porcos?”), respondeu com maior frequência que esse terceiro se sentiria culpado/mal e que a percepção acerca do animal seria alterada após ter conhecimento de suas capacidades. No grupo que respondeu sobre o próprio ponto de vista (por exemplo, “O quão culpado/mal você se sentiria em comer porcos?”), informar sobre a inteligência dos porcos pareceu não ter efeito sobre sentir-se mal com o consumo.

Esses estudos foram replicados por Tian *et al.* (2021) com uma amostra de universitários chineses. Algumas adaptações foram realizadas para considerar aspectos da cultura chinesa e, de modo geral, os achados foram consistentes com os de Piazza e Loughnan (2016): as informações sobre a inteligência de um animal afetam o status moral que lhe é atribuído quando a avaliação é realizada a partir da perspectiva de terceiros, mas não quando envolve a perspectiva do próprio participante. Os pesquisadores assinalam que, apesar de algumas diferenças relacionadas às características da amostra, os resultados do estudo original e da replicação são convergentes e oferecem suporte à proposta de ignorância intencional apresentada por Rothgerber (2020), segundo a qual as pessoas ignoram ativamente informações sobre os animais quando estas entram em conflito com seu consumo.

9

Dessa forma, observa-se que a contradição entre preocupar-se com os animais e, ao mesmo tempo, consumi-los não se limita a uma impressão do cotidiano, mas constitui um fenômeno concreto e passível de investigação científica. Nas pesquisas experimentais, esse fenômeno pode ser examinado de maneira mais aprofundada, pois é possível manipular determinadas condições para tornar a dissonância cognitiva mais saliente e, assim, observar as estratégias utilizadas pelas pessoas para lidar com o desconforto decorrente desse conflito.

4 EVIDÊNCIAS EXPERIMENTAIS

Os estudos de Bastian *et al.* (2012), realizados com universitários australianos onívoros, estão entre as primeiras evidências experimentais acerca da dissonância cognitiva relacionada à carne. No primeiro estudo, buscou-se investigar se os animais considerados apropriados para o

consumo são percebidos como menos capazes mentalmente e se a atribuição de capacidades mentais está relacionada à avaliação da moralidade de consumi-los. Foi constatada uma correlação negativa entre a aceitabilidade alimentar e a atribuição de capacidades mentais, bem como uma associação positiva entre a atribuição dessas capacidades e a avaliação do consumo do animal como moralmente errado. Ou seja, os animais comumente consumidos foram avaliados como possuidores de menos capacidades mentais.

No segundo estudo, os participantes responderam a um questionário em que era necessário antes observar a imagem de um animal (vaca ou ovelha) com uma breve descrição indicando se ele foi criado de maneira livre em uma fazenda ou se foi criado para ser abatido e utilizado no consumo de carne. O questionário consistia em perguntas em escala likert para avaliar o nível em que os participantes atribuíam diversas capacidades mentais aos animais. Observou-se que quando o animal era exposto junto a descrição de que seria criado para abate, os participantes atribuíam um nível menor de capacidades mentais, comparado a quando o animal era exposto junto a descrição de criação livre.

No terceiro estudo, foi realizado um experimento em que os participantes preencheram o mesmo questionário do estudo anterior e em seguida foram sorteados para provar algum tipo de alimento, podendo ser carne ou fruta. Os sujeitos foram informados quanto ao alimento que iriam provar e após isso, foi solicitado que escrevessem um texto sobre as origens da carne, falando do processo de criação dos animais até o abate e distribuição. Em seguida, os participantes preencheram novamente o questionário inicial sobre capacidade mentais dos animais. Os resultados mostraram que os participantes sorteados para comer carne, ao preencher o questionário pela segunda vez, atribuíam menos capacidades mentais ao animal em relação à primeira vez. Essa diferença não foi percebida com os participantes que foram sorteados para comer fruta.

Com base nos resultados desses três estudos, Bastian *et al.* (2012) afirmam que o comportamento de consumir animais entra em conflito com cognições relacionadas ao bem-estar animal e que negar suas capacidades mentais constitui uma estratégia para reduzir o desconforto decorrente da dissonância cognitiva, facilitando a manutenção do consumo de carne. Apesar dessas e de outras evidências importantes, como as apresentadas por Piazza e Loughnan (2016), permanece uma lacuna metodológica que impede afirmar com precisão que os participantes dos grupos experimentais tenham vivenciado dissonância cognitiva: a ausência

de uma medida direta desse estado.

Em virtude disso, estudos mais recentes começaram a adotar maior rigor metodológico e começaram a utilizar medidas para avaliar o desconforto. O primeiro estudo a tentar mensurar a dissonância cognitiva foi o de Edenbrandt *et al.* (2021), que buscou analisar a diferença de escore entre uma escala sobre consumo de carne e uma escala sobre ansiedade relacionada a aspectos negativos do consumo de carne. Os estudos posteriores seguiram uma metodologia diferente e utilizaram escalas para avaliar a dissonância.

O experimento de Silva Souza e O'Dwyer (2022) comparou o efeito de diferentes informações textuais a respeito do consumo de carne sobre atitudes relacionadas à redução de consumo de produtos de origem animal. Foi observado que os participantes que apresentaram maior dissonância cognitiva demonstraram maior mudança de atitudes. Especificamente, informações sobre o meio ambiente e sobre os animais apresentaram maior efeito comparados às informações sobre saúde. No experimento, a dissonância foi medida através de uma escala likert, adaptada de Elliot e Devine (1994). Outro estudo também utilizou dessa mesma escala para medir dissonância cognitiva relacionada à carne, observando que o grupo experimental que refletiu sobre os animais apresentou maior dissonância cognitiva e maior intenção de escolher um lanche sem carne (Bouwman *et al.*, 2022).

11

Tentando compreender se a dissonância cognitiva poderia afetar escolhas por alimentos com carne Weingarten e Lagerkvist (2023) conduziram um experimento utilizando imagens e textos para desencadear dissonância nos participantes. Foi observado que os participantes dos grupos experimentais apresentaram maior chance de evitar alimentos com carne por conta da maior dissonância cognitiva, comparado ao grupo controle. A mensuração de dissonância foi feita através de uma escala bipolar adaptada, contextualizada para o consumo de carne. Os estudos mais recentes passaram a adotar essa escala, utilizando-a como medida de dissonância cognitiva relacionada à carne (Davies e Stanley, 2024; Isbanner *et al.*, 2025; Weingarten *et al.*, 2025).

5 O CONTEXTO BRASILEIRO

Se desejamos estudar a dissonância cognitiva relacionada à carne, bem como se esse fenômeno pode contribuir para redução do consumo de carne, o Brasil oferece um terreno particularmente rico e documentado em números. A cadeia da pecuária de corte brasileira viveu,

em 2025, seu ano mais expressivo da história: o país abateu 47,8 milhões de bovinos, produziu 12,35 milhões de toneladas de carne em equivalente carcaça e registrou um consumo interno de 7,87 milhões de toneladas (cerca de 63% da produção), resultando em 37,04 kg per capita/ano, o maior patamar desde a recuperação pós-pandemia (ABIEC, 2026).

Os impactos ambientais do consumo de carne têm se tornado mais evidentes nos últimos anos. Segundo a 13ª edição do SEEG, em 2024, a pecuária respondeu por 51% das emissões brutas de gases de efeito estufa do Brasil, tanto de forma direta, principalmente pela fermentação entérica do rebanho bovino, quanto indireta, por meio do desmatamento associado à abertura de pastagens. Considerada isoladamente, a pecuária é a atividade econômica que mais emite gases de efeito estufa no país. Além disso, as emissões decorrentes do desmatamento e das mudanças no uso da terra ainda colocam o Brasil na posição de quinto maior emissor mundial (Observatório do Clima, 2025). No que se refere especificamente ao desmatamento, o Brasil apresenta uma das maiores taxas do mundo, sendo a criação de gado seu principal fator contribuinte (Balboni *et al.*, 2023).

Esses dados mostram a importância de estudar fenômenos que podem contribuir para redução do consumo de carne, sendo a dissonância cognitiva relacionada à carne um deles. Vale explicitar que os ganhos de uma eventual redução do consumo de carne no Brasil não são hipotéticos, mas já foram estimados: um estudo conduzido por Parzianello e Carvalho (2024), utilizando dados econômicos e modelos computacionais, projetou que uma queda de 40% no consumo per capita de carne bovina no Brasil, patamar considerado necessário para alinhar o país às recomendações de saúde relacionadas ao consumo de carne vermelha, poderia prevenir o desmatamento em uma área de aproximadamente 65 mil km² e mitigar a emissão de gases em 2,8 bilhões de toneladas de equivalente em dióxido de carbono, além de gerar melhorias na qualidade da água e do ar.

Chama a atenção, portanto, que um país com evidências quantificadas sobre as consequências negativas do consumo de carne e os benefícios de sua redução, não tenha ainda produzido pesquisas nacionais com enfoque específico na dissonância cognitiva relacionada à carne, fenômeno este que poderia auxiliar na compreensão de como reduzir o consumo de carne. No levantamento realizado para este ensaio, foi identificado apenas um estudo conduzido no contexto brasileiro, o de Silva Souza e O'Dwyer (2022), conduzido com universitários cariocas. Sendo assim, preencher essa lacuna não é apenas uma contribuição teórica: é, dado o tamanho

dos benefícios potenciais discutidos acima, uma condição para construir intervenções de comunicação e política pública contextualizadas para a realidade brasileira.

6 CONCLUSÃO

O contexto brasileiro reúne, de um lado, níveis elevados de produção e consumo de carne bovina e uma participação expressiva da pecuária nas emissões nacionais de gases de efeito estufa e, de outro, resultados de pesquisas nas quais parcelas da população manifestam preocupação com a sustentabilidade e o bem-estar animal ou intenção de reduzir o consumo de carne. Embora essa discrepância entre atitudes declaradas e padrões agregados de comportamento não permita, por si só, concluir pela ocorrência de dissonância cognitiva em nível individual, ela é compatível com a existência de conflitos entre valores, atitudes e práticas de consumo e justifica sua investigação empírica.

A análise desse fenômeno e dos mecanismos empregados para prevenir ou reduzir o desconforto associado, como a evitação de informações, a ignorância intencional e a negação das capacidades mentais dos animais, pode contribuir para compreender a manutenção do consumo de carne diante de cognições potencialmente contraditórias. Estudos sobre intervenções destinadas à redução desse consumo indicam a possibilidade de produzir mudanças mensuráveis, ainda que tais iniciativas nem sempre sejam formuladas explicitamente com base na teoria da dissonância cognitiva. No Brasil, apesar da disponibilidade de dados sobre produção, consumo, impactos ambientais e atitudes da população, a articulação dessas dimensões sob essa perspectiva psicológica permanece pouco explorada, constituindo um campo relevante para futuras investigações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNE. **Beef Report 2026**. 28 maio 2026. Disponível em: <<https://abiec.com.br/publicacoes/beef-report-2026/>>. Acesso em: 28 ago. 2026

BALBONI, Clare *et al.* The Economics of Tropical Deforestation. **Annual Review of Economics**, v. 15, p. 723–754, 2023.

BASTIAN, Brock *et al.* Don't mind meat? The denial of mind to animals used for human consumption. **Personality & Social Psychology Bulletin**, v. 38, n. 2, p. 247–256, fev. 2012.

BEAUVOIS, Jean-Léon; JOULE, Robert-Vincent. **A radical dissonance theory**. Philadelphia, PA, US: Taylor & Francis, 1996. p. xxiv, 168

BECKER, Howard S. Notes on the concept of commitment. **American Journal of Sociology**, v. 66, p. 32-40, 1960.

BOUWMAN, Emily P. *et al.* “Do you consider animal welfare to be important?” activating cognitive dissonance via value activation can promote vegetarian choices. **Journal of Environmental Psychology**, v. 83, p. 101871, 1 out. 2022.

CLARK, Michael A. *et al.* Global food system emissions could preclude achieving the 1.5° and 2°C climate change targets. **Science**, v. 370, n. 6517, p. 705-708, 6 nov. 2020.

COMIN, Vinicius Cardoso *et al.* Perception of animal welfare and its certification system by Brazilian consumers and dairy farmers. **The Journal of Dairy Research**, p. 1-4, 14 fev. 2022.

DAVIES, Chelsea A.; STANLEY, Samantha K. Untangling the dairy paradox: How vegetarians experience and navigate the cognitive dissonance aroused by their dairy consumption. **Appetite**, v. 203, p. 107692, 1 dez. 2024.

D’SILVA, Joyce *et al.* Animal sentience: The science and its implications, with particular reference to farmed animals. **Animal Research and One Health**, v. 2, n. 2, p. 230-236, 2024.

EDENBRANDT, Anna Kristina; LAGERKVIST, Carl Johan; NORDSTRÖM, Jonas. Interested, indifferent or active information avoiders of carbon labels: Cognitive dissonance and ascription of responsibility as motivating factors. **Food Policy**, v. 101, p. 102036, 1 maio 2021.

ELLIOT, Andrew J.; DEVINE, Patricia G. On the motivational nature of cognitive dissonance: Dissonance as psychological discomfort. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 67, n. 3, p. 382-394, 1994.

FESTINGER, Leon. **A theory of cognitive dissonance**. Stanford: Stanford University Press, 1957.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **AQUASTAT: Global Information System on Water and Agriculture**. 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/aquastat/> Acesso em: 28 ago. 2026.

HARMON-JONES, Eddie; HARMON-JONES, Cindy. Testing the action-based model of cognitive dissonance: The effect of action orientation on postdecisional attitudes. **Personality and Social Psychology Bulletin**, v. 28, n. 6, p. 711-723, 2002.

HARMON-JONES, Eddie; AMODIO, David M.; HARMON-JONES, Cindy. Chapter 3 Action-Based Model of Dissonance: A Review, Integration, and Expansion of Conceptions of Cognitive Conflict. In: **Advances in Experimental Social Psychology**. [S.l.]: Academic Press, 2009. v. 41 p. 119-166.

HEINKE, Jens *et al.* Water Use in Global Livestock Production—Opportunities and

Constraints for Increasing Water Productivity. **Water Resources Research**, v. 56, n. 12, p. e2019WR026995, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Abate de bovinos atinge recorde em 2024. **Agência de Notícias IBGE**, 18 mar. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42899-abate-de-bovinos-atinge-recorde-em-2024>. Acesso em: 28 ago. 2026.

ISBANNER, Sebastian; FECHNER, David; ATTWOOD, Sophie. Goal-framing theory and sustainable food choices: Leveraging spillover to activate moral goals. **Appetite**, v. 207, p. 107886, 1 mar. 2025.

JONES, Robert. Science, Sentience, and Animal Welfare. **Ethics and Animal Welfare Collection**, 1 jan. 2013.

LOUGHNAN, Steve; BRATANOVA, Boyka; PUVIA, Elisa. The meat paradox: how are we able to love animals and love eating animals? **In Mind**, v. 2012, n. 1, p. 15–18, 2012.

MACHOVINA, Brian; FEELEY, Kenneth J.; RIPPLE, William J. Biodiversity conservation: The key is reducing meat consumption. **The Science of the Total Environment**, v. 536, p. 419–431, 1 dez. 2015.

OBSERVATÓRIO DO CLIMA. **Sistema de Estimativa de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa**. 17 dez. 2025. Disponível em: <https://seeg.eco.br/dados/> Acesso em: 28 ago. 2026.

OECD; NATIONS, Food and Agriculture Organization of the United. OECD-FAO Agricultural Outlook 2025-2034. **OECD-FAO Agricultural Outlook**, v. 2025, 15 jul. 2025.

PARZIANELLO, Luciana; CARVALHO, Terciane Sabadini. What if Brazilians reduce their beef consumption? **Ecological Economics**, v. 219, p. 108132, 1 maio 2024.

PIAZZA, Jared *et al.* Rationalizing meat consumption. The 4Ns. **Appetite**, v. 91, p. 114–128, ago. 2015.

PIAZZA, Jared; LOUGHNAN, Steve. When meat gets personal, animals' minds matter less: Motivated use of intelligence information in judgments of moral standing. **Social Psychological and Personality Science**, v. 7, n. 8, p. 867–874, 2016.

QUEIROZ, Ricardo Guimarães *et al.* How do Brazilian citizens perceive animal welfare conditions in poultry, beef, and dairy supply chains? **PLoS ONE**, v. 13, n. 12, p. e0202062, 19 dez. 2018.

REGAN, T. A case for animal rights. In: FOX, M. W.; MICKLEY, L. D. (ed.). **Advances in animal welfare science 1986/87**. Washington, DC: The Humane Society of the United States, 1986. p. 179–189.

ROTHGERBER, Hank. Meat-related cognitive dissonance: A conceptual framework for understanding how meat eaters reduce negative arousal from eating animals. **Appetite**, v. 146,

p. 104511, 1 mar. 2020.

SILVA SOUZA, Luiz Gustavo; O'DWYER, Emma. Animal rights, environment, or health? Effects of argument type and dissonance on the attitudes toward the consumption of animals. **Appetite**, v. 176, p. 106129, 1 set. 2022.

SINGER, Peter. **Animal liberation**: a new ethics for our treatment of animals. New York: Random House, 1975.

SOCIEDADE VEGETARIANA BRASILEIRA. **Pesquisa Datafolha revela que 7% dos brasileiros se consideram veganos**. 21 mar. 2025. Disponível em: <https://svb.org.br/pesquisa-datafolha-revela-que-7-dos-brasileiros-se-consideram-veganos/> Acesso em: 28 ago. 2026.

TIAN, Qirui *et al.* Do animals' minds matter less, when meat gets personal? Replications of Piazza and Loughnan (2016) in China. **Social Psychological and Personality Science**, v. 12, n. 3, p. 417–425, 2021.

WEINGARTEN, Nina *et al.* Investigating the effect of animal visualisations on meat choice: An experimental lab study with a fake food buffet. **Food Quality and Preference**, v. 129, p. 105508, 1 ago. 2025.

WEINGARTEN, Nina; LAGERKVIST, Carl-Johan. Can images and textual information lead to meat avoidance? The mediating role of cognitive dissonance. **Food Quality and Preference**, v. 104, p. 104747, 1 mar. 2023.

XU, Xiaoming *et al.* Global greenhouse gas emissions from animal-based foods are twice those of plant-based foods. **Nature Food**, v. 2, n. 9, p. 724–732, set. 2021.